



PARECER ÚNICO Nº 1374501/2017 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 13045/2005/003/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos		

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Outorga (uso coletivo) – Captação de Água Superficial	59/2014 (portaria)	Portaria publicada
Captação em nascente	14759/2017	Cadastro Efetivado

EMPREENDEDOR: AGROPECUÁRIA ALIMENTAR LTDA	CNPJ: 04.737.717/0001-71
EMPREENDIMENTO: LOTE 34 - PADAP – JOSÉ HIROITI OKUYAMA	CPF: 04.737.717/0001-71
MUNICÍPIO: RIO PARANAÍBA	ZONA: RURAL

COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SAD69	LAT/Y 19°21'42"S	LONG/X 46°09'21,44"O
--	-------------------------	-----------------------------

LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

☐ INTEGRAL ☐ ZONA DE AMORTECIMENTO ☐ USO SUSTENTÁVEL ☒ NÃO

BACIA FEDERAL: Rio Paranaíba

BACIA ESTADUAL: Rio Araguaçu

UPGRH: PN2

SUB-BACIA: Córrego Barro Preto

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias).	3
G-03-02-6	Silvicultura	NP
G-04-01-4	Beneficiamento Primário de produtos agrícolas	1
G-01-03-1	Culturas anuais, excluindo a olericultura	NP
G-01-06-6	Cafeicultura	1
G-03-02-6	Silvicultura	NP

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Rodrigo Pedroso de Carvalho

Paulo Marcelo de Oliveira

REGISTRO:

CREA MG-40400

CREA MG-32376

AUTÔ DE FISCALIZAÇÃO:

122471/2017

DATA:

23/08/2017

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Juliana Gonçalves Santos – Gestora Ambiental	1.375.986-5	
Érica Maria da Silva – Gestora Ambiental	1.254.722-0	
Carlos Frederico Guimarães- Gestor Ambiental	1.161.938-4	
Ana Lulza Moreira da Costa- Gestora Ambiental	1.314.284-9	
Dayane Aparecida Pereira de Paula – Analista Ambiental	1.217.642-6	
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez – Diretor de Regularização Ambiental	1.191.774-7	
De acordo: Kamila Borges Alves – Diretora de Controle Processual	1.151.726-5	



1. INTRODUÇÃO

Este parecer visa apresentar e subsidiar tecnicamente e juridicamente o julgamento por parte da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (conforme Lei 21.972/2016, art. 4º, VII) quanto ao requerimento de licença de operação corretiva protocolado pelo empreendedor JOSÉ HIROITI OKUYAMA, por meio do Processo Administrativo nº 13045/2005/003/2015 para o empreendimento intitulado PADAP - LOTE 34 -JOSÉ HIROITI OKUYAMA, localizado no município de Rio Paranaíba-MG, o qual encontra-se em operação desde 1974.

As atividades a serem licenciadas, segundo a Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004, são: "Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias)", tendo o código G-01-01-5; e "Culturas anuais, excluindo a olericultura", tendo o código G-01-03-1. "Beneficiamento Primário de produtos agrícolas", código G-04-01-4, "Cafeicultura", código G-01-06-6 e "Silvicultura", código G-03-02-6. A área útil, declarada pelo empreendedor, para as atividades são: Horticultura -54 ha, Culturas anuais -84 ha, Cafeicultura-100 ha, Beneficiamento primário de produtos agrícolas 3000 t/mês e Silvicultura- 4 ha. Logo, por ter potencial poluidor médio e porte também médio, o empreendimento é enquadrado em classe "três" de licenciamento ambiental.

O referido Processo Administrativo foi formalizado junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na data de 30 de junho de 2015, juntamente com os estudos necessários para análise do processo. Em 28/09/2016 foram solicitadas informações complementares pelo Ofício SUPRAM TM/AP nº1829/2016, respondidas por meio do ofício com protocolo de nº R0355235/2016. Em 23/08/2017 foram solicitadas novas informações complementares por meio do Ofício SUPRAM TM/AP nº 3230/2017, respondidas por meio do protocolo R0275649/2017.

Foi solicitado por meio do protocolo R0275649/2017 a alteração de razão social do requerente de José Hiroiti Okuyama CPF: 199.423.629-91 para Agropecuária Alimentar LTDA CNPJ: 04.737.717/0001-71, juntamente com documentos comprobatórios.

A análise deste processo se pautou nos estudos apresentados (Relatório de Controle Ambiental – RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA), na vistoria realizada pela equipe técnica no empreendimento na data de 23/08/2017, e nas informações complementares apresentadas pelo empreendedor.

Ressalta-se que no momento da vistoria o empreendimento encontrava-se em operação sem a devida licença ambiental, sendo assim foi lavrado auto de infração de nº. 109931/2017.



2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento, alvo desse parecer, está localizado na zona rural do município de Rio Paranaíba-MG, BR354, conforme exibido na Figura 1.

FIGURA 1: Localização e área do empreendimento.



Fonte: Google Earth Pro, 2017.

A propriedade dispõe de uma área de 238 ha para o plantio de café, culturas anuais e horticultura. Para irrigação da horticultura e culturas anuais é utilizado pivô central, em dois pivôs, contemplando uma área de 115 ha. O café é plantado entre os pivôs e não é irrigado. A área de plantio possui bolsões e curvas de nível para controle de erosão causada por águas pluviais.



Os defensivos agrícolas são preparados em um reservatório para preparo de calda com piso impermeabilizado para abastecimento do pulverizador. Ademais, os defensivos agrícolas são condicionados em um cômodo coberto e as embalagens vazias são condicionadas em outro cômodo até serem recolhidas por empresas especializadas.

O empreendimento também dispõe de instalações para o beneficiamento de cenoura e café. O beneficiamento da cenoura consiste na lavagem e encaixotamento. A água residuária resultante do processo é destinada para uma lagoa de sedimentação dos sólidos, passam por uma filtragem biológica e são destinadas para uma segunda lagoa onde a água sofre recalque para ser disposta nas áreas de café, onde a água percola nas curvas de nível do café até ser totalmente infiltrada no solo. O beneficiamento do café consiste no descascamento e secagem em fornos a lenha. Possui também uma caldeira com capacidade de 2000kg/h e tulha para armazenamento do café até carregamento. Os resíduos orgânicos do café são aplicados nas áreas de plantio.

Além dessas estruturas a propriedade possui uma rampa para lavagem de veículos com piso impermeabilizado e drenagem para caixa separadora de água e óleo. Possui uma oficina para pequenos reparos com piso impermeabilizado, armazém, barracão de implementos, uma residência, escritório, dois geradores com contenção adequada. Possui ainda refeitório, vestiário, balança rodoviária e guarita.

Possui também dois tanques aéreos para armazenamento de combustíveis. Um dos tanques não se encontra em funcionamento e possui contenção adequada, porém não possui caixa separadora de água e óleo, caso venha a entrar em uso deverá ser feitas as devidas adequações. A outra área de abastecimento encontra-se em uso e possui contenção para os tanques, pista para abastecimento com canaletas que drenam para caixa separadora de água e óleo.

Dispõe de um pátio descoberto para disposição de sucatas e ferro velho e um cômodo para segregação de resíduos domésticos recicláveis e não recicláveis.

Possui também uma cascalheira desativada sem exploração comercial.

2.1. Processo Produtivo

Cultivo de culturas anuais

O cultivo de culturas anuais (milho, soja e trigo), que ocorre em uma área máxima de 84 ha, envolve o preparo do solo, com uso de máquinas e implementos agrícolas; aplicação de fertilizantes -



adubação; aplicação de corretivo - calagem; plantio (mecanizado) - consumo de sementes; aplicação de agrotóxicos - herbicidas, inseticidas, fungicidas, para controle de invasoras, pragas e doenças; uso de dissecantes, para facilitar a colheita; colheita (mecanizada); acondicionamento em caminhão graneleiro; transporte e a comercialização dos grãos.

Horticultura

O cultivo das olerícolas (alho, cenoura e batata) ocupa uma área máxima de 54 ha, prevê: preparo do solo - aração, gradagem e sulcamento (uso de máquinas e implementos agrícolas); adubação - aplicação de fertilizantes; calagem - aplicação de calcário; plantio (mecanizado ou manual); aplicação de agrotóxicos - herbicidas, inseticidas, fungicidas, para o controle de invasoras, pragas e doenças; colheita manual, e acondicionamento no campo e encaminhamento para beneficiamento.

Cafeicultura

A cafeicultura ocupa uma área total de 100 ha em produção. De modo geral, os cafeeiros podem ser conduzidos por vários anos com a poda de produção. Quando a maioria dos ramos da planta se apresentar muito esgotados, sem condições de continuar com a poda de produção, faz-se necessário a aplicação da poda de renovação (recepa), que se trata de poda drástica e objetiva renovar totalmente os ramos da planta, interrompendo a produção por um ano.

A colheita do café pode ser realizada de forma manual, semi-mecanizada e mecanizada. A colheita manual pode ser do tipo seletiva, catando-se a dedo somente os frutos maduros ou do tipo concentrada, derricando-se todos os frutos de cada ramo no chão, em panos ou em peneiras. Por outro lado, a colheita semi-mecanizada utiliza derricadeiras portáteis ou tracionadas, desprovidas de recolhedores e a mecanizada é feita com máquinas colhedeiras completas automotrizes ou tracionadas por trator.

Beneficiamento primário de produtos agrícolas

Lavagem e despulpamento/descascamento do café

O sistema de lavagem e descascamento do café está sendo trabalhado para o processamento de 30 toneladas ao dia, para um período de 8 horas de trabalho, o que resulta em 3,75 toneladas por hora, sendo esse processo composto pelas seguintes etapas:



- a) após sua entrada pela moega, os grãos de café são conduzidos por elevador (talisca) até o lavador, onde é realizada a separação entre o bóia e o cereja, com o bóia indo para o terreiro e o cereja para o descascador. Por meio de elevadores, é feita a separação, através de uma peneira, do café verde do café descascado (maduro), com o verde também sendo encaminhado ao terreiro;
- b) o descascado segue conduzido para um depósito e deste para o aerador (com fornalha), e dependendo das condições do lote, é encaminhado para o terreiro (elevador) ou secador, com base nas condições meteorológicas e demanda, sendo que após a meia seca no terreiro, pode ser direcionado para o secador, em um período de 12 a 24 horas;
- c) apenas complementando o processo do terreiro, o grão descascado vai para outra moega, por meio de elevadores, seguindo para secadores a lenha, sendo 2 horizontais e 4 verticais e daí, por meio de uma correia transportadora, para uma tulha, da qual o café é encaminhado para o transporte em caminhão até a COOPADAP, para ser comercializado;
- d) a entrada de água no processo é diretamente na lavadora, no descascador, havendo neste, uma saída para as cascas dos frutos, que são encaminhadas à lavoura;
- e) o lavador apresenta uma saída para a bóia, outra para o grão a ser descascado e mais uma, caso haja excesso, que vai para um tanque para reutilização, através do seu retorno ao lavador, procurando-se assim, o máximo de eficiência no consumo de água;
- f) dos componentes do sistema que recebem água (lavador, descascador), as águas residuárias são encaminhadas para reutilização. No lavador há um tanque com capacidade de 1.000 litros.
- g) Secagem do café: É feita com utilização dos terreiros e de secadores da marca Kepler-Weber. Esse beneficiamento de café é realizado após lavagem e descascamento dos grãos.

Beneficiamento da cenoura

O processo de beneficiamento da cenoura compreende as etapas de lavagem, classificação, secagem branda e "embalagem" em caixas apropriadas para o transporte do produto em apreço.

O sistema funciona com uma lavagem rápida das cenouras localizadas sobre a carroceria do caminhão que as transporta, com o escoamento dos efluentes gerados chegando ao piso cimentado e canalizado, passando por um ralo, filtro e chegando aos tanques de decantação existentes mais abaixo.

No processo de lavagem de cenouras a capacidade nominal é de 70 toneladas por dia, com jornada diária de 7 horas úteis. Do caminhão que chega é feita a lavagem inicial por cima (citada no parágrafo anterior), sendo encaminhado à etapa seguinte, na qual é feita uma lavagem com a



passagem das cenouras por esteiras, escovas, mediante seleção, após o produto passar pelas diversas etapas de lavagem, ele é destinado à secagem e para classificação e seleção final e encaminhado à caixa na qual será armazenado e transportado para comercialização.

Mão-de-obra

Na propriedade reside uma família composta por um funcionário do empreendimento, esposa e dois filhos, estudantes em escola do distrito Guarda de Ferreiros. O nível educacional dos funcionários em sua maior parte corresponde ao ensino fundamental incompleto.

Os demais funcionários fixos na época do levantamento efetuado eram 10 e se deslocam todos os dias ao empreendimento. Esses trabalhadores residem, principalmente, em Guarda dos Ferreiros ou Rio Paranaíba com distribuição das suas funções em gerente, tratoristas e executores de serviços gerais.

As principais atividades exercidas compreendem serviços gerais, limpeza, operação e manutenção de máquinas, equipamentos de irrigação e implementos agrícolas, aplicação de agrotóxicos, corretivos e fertilizantes, além de colheita. No beneficiamento também há uma significativa quantidade de funcionários contratados, sendo em torno de 12 no beneficiamento do café (lavagem, descascamento e secagem), que ocorre de forma sazonal (pós-colheita), em geral com 2 a 3 meses de trabalho.

Com relação ao beneficiamento da cenoura, lavagem e tratamento de águas residuárias são 56 funcionários, sendo 7 no escritório e 49 no sistema operacional, com as funções de gerenciamento, administrativas, operação e tratamento.

Ocorre também a contratação de mão-de-obra temporária em geral alocada em Rio Paranaíba e Guarda dos Ferreiros, com cerca de 60 pessoas por aproximadamente 70 dias para a colheita do café, havendo situação semelhante para a colheita do alho. No caso da cenoura, são contratados em torno de 30 trabalhadores por 1 mês para o raleio, com a mesma quantidade por 10 dias para a colheita. A batata compreende 40 pessoas por aproximadamente 10 dias, incluindo a colheita e a cebola conta com 70 pessoas em um total de 25 dias.

Segundo informações do proprietário, esses trabalhadores temporários são transportados diariamente para o local de trabalho de ônibus, retornando ao final do dia de serviço para a sede do município ou para o distrito no qual residem. Em geral, essa mão-de-obra é terceirizada ou contratada de forma legal de sindicatos, com os contratos feitos por safra.

O empreendedor contrata, eventualmente, mão-de-obra especializada, seja de trabalhadores autônomos ou de empresas prestadoras de serviços, assistência técnica e consultoria. Os principais centros urbanos fornecedores desses recursos são Patos de Minas e Rio Paranaíba.



De maneira geral, esses serviços requerem técnicos de nível médio ou superior para apoio às culturas, reparo de máquinas e equipamentos específicos e melhorias na infraestrutura da propriedade. Vale ressaltar que esses trabalhadores prestam serviços em diversas propriedades do Grupo Okuyama.

- UTILIZAÇÃO E INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS

A água utilizada nas atividades de horticultura, cultivo de culturas anuais e beneficiamento primário de produtos agrícolas é proveniente de uma captação em corpo d'água, autorizada por meio de uma portaria de uso coletivo de outorga de nº 059/2014 em nome de Usuários de Águas da Região do PADAP - Sub-Bacia do Ribeirão dos Ferreiros. A captação possui horímetro e hidrômetro instalados.

Existe ainda uma captação em nascente de volume insignificante para consumo humano, com cadastro de nº 114759/2017.

4. RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O empreendimento possui uma área total de 250,9 ha declarada uma matrícula nº 33 CRI de Rio Paranaíba. A Reserva Legal da propriedade, com área de 51,0126, não inferior a 20% da área da propriedade, está compensada na matrícula de nº 20250 CRI de Ibiá.

Em relação à caracterização das áreas de Reserva legal foi apresentado relatório técnico-fotográfico acompanhado de ART, indicando que predomina a vegetação campo, bem conservado.

Em relação à Área de Preservação Permanente, a propriedade dispõe de 35,7 ha de vegetação cercada e com placas de identificação. No entanto, no momento da vistoria a mesma encontrava-se queimada em decorrência de incêndio criminoso, segundo informado em vistoria.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – Recibo nº MG-3155504-D6B9D2AEC9704EBA80ED722A09F725F.

4.1. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Conforme verificado em vistoria no empreendimento e documentação apresentada pelo empreendedor, existem 00,25127 hectares de intervenção em APP constituída por:

- Canal de captação.
- Casa de bombas e Conjunto Motobomba;
- Estrada de acesso à captação;



- Instalação de tubulação para bombeamento em nascente.

Conforme comprovado por meio de imagem de satélite e fotos anexadas aos autos do processo ficou comprovada a existência das intervenções antes de 27 de junho de 2008, constituindo ocupação antrópica consolidada de acordo com a Lei 20.922 de 16 de outubro de 2013 e encontra-se informada no CAR.

5. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Abaixo são listados os principais aspectos e impactos ambientais causados pela atividade do empreendimento, o local ou atividade geradora e as medidas mitigadoras aplicadas a cada caso:

Resíduos sólidos

Embalagens de defensivos agrícolas

Após a utilização dos defensivos agrícolas, as embalagens vazias devem passar pelo processo da tríplex lavagem, devendo ser inutilizadas e, posteriormente, encaminhadas à central de recebimento de embalagens vazias credenciadas. A água residual, resultante da tríplex lavagem das embalagens de agrotóxicos, deverá ser descartada nos tanques de pulverização e reutilizada na lavoura.

Resíduos domésticos

Os resíduos domésticos são destinados ao aterro sanitário de Rio Paranaíba ou encaminhados para reciclagem.

Resíduos orgânicos provenientes do beneficiamento primário de produtos agrícolas

Os resíduos provenientes do beneficiamento de produtos agrícolas são encaminhados para compostagem ou, quando possível, aplicado nas lavouras de café.

Efluentes líquidos

Esgoto Sanitário



Com relação ao esgoto sanitário foi implantado um sistema de tratamento composto por fossa séptica, sumidouro. Os possíveis impactos ambientais são minimizados pelos conjuntos sépticos implantados.

Defensivos agrícolas

Os defensivos agrícolas são preparados em um reservatório para preparo de calda com piso impermeabilizado para abastecimento do pulverizador. Em relação aos efluentes oriundos da preparação de defensivos agrícolas, os mesmos são retornados ao pulverizador através do sistema fechado contido no abastecedor (tanque de retorno de calda).

Os defensivos agrícolas são condicionados em um cômodo coberto e as embalagens vazias são condicionadas em outro cômodo até serem recolhidas por empresas especializadas.

Abastecimento e lavagem de veículos

O empreendimento dispõe de dois tanques aéreos para armazenamento de combustíveis. Um dos tanques não se encontra em funcionamento e possui contenção adequada. A outra área de abastecimento encontra-se em uso e possui contenção para os tanques, pista para abastecimento com canaletas que drenam para caixa separadora de água e óleo. Possui também uma rampa para lavagem de veículos com piso impermeabilizado e drenagem para caixa separadora de água e óleo.

Beneficiamento de produtos agrícolas

As águas residuárias passam por um filtro, com malhas de 0,5 cm, barras de ferro para seleção de elementos mais graúdos, havendo funcionários para retiradas de ramas e outros resíduos que ficam retidos em excesso. Uma parte desses resíduos é destinada à compostagem com fornecimento de material que chega a 3.000 kg a cada 2 dias.

Após passagem pelo ralo, filtro, malhas e barras de ferro, as águas residuárias são encaminhadas a um sistema composto por 3 tanques, sendo 2 deles com dimensões de 40 m x 5 m com profundidade média da ordem de 2,5 m (útil). Após passar por tratamento nestes tanques, as águas residuárias passam a um terceiro tanque de dimensões aproximadas de 20 m x 4 m e profundidade de 2,5 m. O somatório dos 3 tanques utilizados para o tratamento atinge o volume de 1.080 metros cúbicos.



O tratamento por meio do processo de decantação é realizado em 2 tanques, o volume das águas residuárias é destinado até o terceiro tanque, a partir do qual é bombeado, sendo direcionado às curvas de nível localizadas no ponto mais alto das lavouras do Lote 34 PADAP.

Nos tanques de decantação maiores estão inseridas plantas denominadas aguapés, que auxiliam no sistema de tratamento de efluentes. Após o segundo tanque e inserida paralelamente está instalada uma vala de coleta de águas pluviais, que as direciona a local adequado para evitar o surgimento de focos erosivos junto aos referidos tanques de decantação.

A limpeza dos tanques, em geral com problemas de assoreamento é feita conforme demanda, em geral em um prazo máximo de 6 meses.

Erosão dos solos

As atividades agrícolas envolvendo o preparo do solo se não executadas de maneira correta poderão favorecer a ocorrência de processos erosivos. Como medida preventiva deverá ser adotadas técnicas de manejo e conservação de solo visando redução da velocidade de água na superfície favorecendo a infiltração e retenção hídrica. As áreas que forem identificadas com erosão deverão ser devidamente recuperadas.

6. Programas e Projetos

Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

Foi apresentado um PRAD a fim de recuperar uma área de aproximadamente 0,7 ha com a ocorrência de solos expostos, que foi utilizada anteriormente como cascalheira. Em síntese, estão propostas as seguintes ações para execução do PRAD, proposto em 2 anos:

- Limpeza das áreas
- Retirada do cascalho solto e/ou aplainamento
- Descompactação do solo e posterior gradagem
- Nivelamento final do terreno
- Adição de compostos para aumento da matéria orgânica, de nutrientes e que permita a existência de uma camada favorável ao início do processo de recuperação a ser implantado
- Plantio de espécies vegetais para enriquecimento
- Manutenção e tratos culturais



A manutenção e acompanhamento da área deverá ocorrer em todo o período de vigência da Licença de Operação do empreendimento, sendo apresentado por meio de relatórios anuais.

6. AUTUAÇÕES

Em decorrência de o empreendimento estar desenvolvendo suas atividades sem a devida licença de operação, foi lavrado o auto de infração nº 109931/2017.

7. CONTROLE PROCESSUAL

O processo se encontra formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

Neste processo se encontra a publicação em periódico local ou regional do pedido de Licença, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/1995, bem como foi apresentado cadastro técnico federal – CTF.

O local de instalação do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais, de acordo com declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba/MG.

O empreendimento possui as certidões negativas de débitos ambientais em atendimento ao art. 11, I, e art. 13, ambos da Resolução 412/2005 da SEMAD.

Nos termos do Decreto Estadual 44.844/2008 (alterado pelo Decreto nº 47137/2017), o prazo de validade da licença em referência será de 10 (dez) anos.

8. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da SUPRAM TM/AP sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação Corretiva, para o empreendimento LOTE 34 - PADAP para as atividades de "Horticultura, Culturas anuais, Cafeicultura e Beneficiamento primário de Produtos Agrícolas", no município de Rio Paranaíba, MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei Estadual nº 21.972/2016, observado o disposto no Decreto nº 46.967/2016, art. 2º, inciso I, compete ao Superintendente Regional de Regularização



Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, decidir sobre o processo de licenciamento ambiental em tela, atentando-se às recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em anexo.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPRAM TM/AP, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

9. ANEXOS

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) do LOTE 34 - PADAP

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) do LOTE 34 - PADAP

Anexo III. Relatório Fotográfico do LOTE 34 - PADAP



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) do LOTE 34 - PADAP

Empreendedor: AGROPECUARIA ALIMENTAR LTDA

Empreendimento: do LOTE 34 - PADAP

CNPJ: 04.737.717/0001-71

Município: Rio Paranaíba

Atividades: Horticultura, Culturas anuais, Beneficiamento primário de produtos agrícolas
Cafecultura, Silvicultura

Código DN 74/04: G-01-01-5; G-01-03-1; G-01-06-6; G-04-01-4; G-03-02-6

Processo: 13045/2005/003/2015

Validade: 10 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva.
02	Apresentar comprovação, através de relatório técnico/fotográfico, a execução do PRAD, e regeneração/evolução da área objeto.	Anualmente durante a vigência de Licença de Operação Corretiva

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs.: 1. No caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, com antecedência mínima de sessenta dias em relação ao prazo estabelecido na respectiva condicionante;

2. Ressalta-se que as condicionantes devem ser protocoladas no prazo fixado junto ao Órgão Ambiental.

Todos os projetos, programas e relatórios devem ser apresentados com ART do(s) profissional(is) habilitado(s) responsável(is), quando for o caso;

3. Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes (e automonitoramento) em formato pdf, acompanhada de declaração, atestando que confere com o original;

4. Os laboratórios, impreterivelmente, devem observar a Deliberação Normativa COPAM nº 216 de 07 de outubro de 2017;

5. Caberá ao requerente providenciar a publicação da concessão ou renovação de licença, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação da decisão, em periódico local ou regional de grande circulação, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 13, de 24 de outubro de 1995. A comprovação da publicação de concessão ou de renovação da licença será feita pelo interessado através do procedimento descrito no Art. 5º, sob pena de revogação da licença.



ANEXO II

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) do LOTE 34 - PADAP

Empreendedor: AGROPECUÁRIA ALIMENTAR LTDA

Empreendimento: do LOTE 34 - PADAP

CNPJ: 04.737.717/0001-71

Município: Rio Paranaíba

Atividades: Horticultura, Culturas anuais, Beneficiamento primário de produtos agrícolas
Cafecultura, Silvicultura

Código DN 74/04: G-01-01-5; G-01-03-1; G-01-06-6; G-04-01-4; G-03-02-6

Processo: 13045/2005/003/2015

Validade: 10 anos

1. Resíduos Sólidos e oleosos

Enviar **ANUALMENTE** a SUPRAM TMAP até o 20º dia do mês subsequente, os relatórios **MENSAIS** de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação o	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração o kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM TM/AP, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.



Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

2. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e Saída dos Sistemas de tratamento sanitário (fossas sépticas)	pH, DBO _{5,20} , DQO, óleos e graxas, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão e detergentes.	Anual
Entrada e saída da Caixa Separadora de Água e Óleo (Caixa SAO)	Vazão média diária, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão, óleos e graxas e tensoativos.	Anual

Relatórios: Enviar **ANUALMENTE** a SUPRAM TM/AP, até o 20º dia do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;

- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a DN 216/2017.



Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) do LOTE 34 - PADAP

Empreendedor: AGROPECUÁRIA ALIMENTAR LTDA

Empreendimento: do LOTE 34 - PADAP

CNPJ: 04.737.717/0001-71

Município: Rio Paranaíba

Atividades: Horticultura, Culturas anuais, Beneficiamento primário de produtos agrícolas
Cafecultura, Silvicultura

Código DN 74/04: G-01-01-5; G-01-03-1; G-01-06-6; G-04-01-4; G-03-02-6

Processo: 13045/2005/003/2015

Validade: 10 anos



Figura 1: Captação de água.



Figura 2: Local para preparo de defensivos.



Figura 3: Pista para abastecimento de combustíveis.



Figura 4: Lagoas de tratamento de águas residuárias.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]